



O MALÓN DE 1801

Maria Lúcia de Souza Rangel RICCI

Com a publicação deste livro (Clio Livros, RS), do jovem historiador Fernando Camargo, resultante de sua tese de doutorado em História, defendida na PUCRS, indubitavelmente foi preenchida uma lacuna que ainda existia na historiografia nacional. O subtítulo deste volume – *A guerra das laranjas e suas implicações na América Meridional* – bem demonstrou o interesse do A. ao examinar de maneira pioneira a intrincada teia político-econômico-social que envolveu a região das Missões naquele período. Apresenta seu estudo bibliografia e material documental significativo, linguagem fluente e estimulante.

Certamente que, ao analisar as especificidades do processo histórico na região missioneira, cujo desenvolvimento esteve condicionado às disputas travadas entre Portugal e Espanha e a séria problemática fronteiriça, entre outros fatores, salientou o A., com propriedade, o que marcou o Rio Grande do Sul notoriamente sob o ângulo político, revelando que o período onde focou sua análise, já estava assinalado por efetivo desgaste oriundo de inúmeras lutas e alterações das divisas territoriais ocorridas nesta região dos Sete Povos das Missões.

Ao proceder real diálogo com a história, Fernando Camargo demonstrou a luta pelo desenvolvimento econômico-social vivenciados naquela região cultural, além de perpassar toda a urdidura das relações diplomáticas enfrentadas pelos países europeus em questão e suas colônias e que tiveram como resultado os tratados que foram se sucedendo onde, com acuidade, os foi analisando: Madri, Santo Ildefonso... até a problemática Guerra das Laranjas, além do porquê do ataque ao Departamento de São Miguel e as decisões tomadas tanto no âmbito individual quanto coletivo.

Demonstrou ao longo da pesquisa que o *Malón de 1801*, não foi um evento isolado nas relações luso-hispânicas e brasileiro-plantinas. Fez,

com certeza, parte de um sistema geopolítico que definiu as ações relacionadas àquele evento, mas apenas em sua motivação primária (p. 207).

Seu estudo preenche omissões que por vezes dificultaram a apreensão da dimensão histórica do político, à medida que pretendeu ser um recurso na compreensão do presente (passado ou *in flux*), através da análise da formação do que se poderia chamar de *racionalidades políticas*. E aí precisamente reside a originalidade do trabalho, inclusive pela metodologia utilizada: foi a partir de um objeto conhecido – o político – que adquiriu um caráter complementar à história social/das mentalidades/acontecimentos, que o A. reconheceu a constante necessidade de dialogar e interagir entre o homem e espaço, entre homem e tempo.

Ao conhecer este estudo pude, outrossim, observar em suas entrelinhas, que o autoritarismo que veio perpassando a história latino-americana não foi resultado de uma herança colonial (que parece dela, no entanto, não termos nos livrado totalmente) e nem mesmo foi historicamente determinada: antes, para derrubá-lo, o problema estava residindo na relação direta das lutas dos dominados e muitas vezes em sua incapacidade transformadora a fim de que fosse ultrapassada a expansão colonialista e imperialista de então.

Constatou ainda o Prof. Fernando que onde existia uma oportunidade de conquista, ela foi aproveitada; onde havia uma chance de anexação, não foi desperdiçada (p. 209).

Mas, em verdade, nem Portugal nem Espanha estavam interessados nesta disputa; todavia, na América do Sul ela foi desejada, principalmente pelos oportunistas da região e que sempre estiveram dispostos a agir.

Após a Guerra das Laranjas, a atuação de Madri, através da diplomacia, a fim de recuperar o território perdido aos portugueses, foi infrutífera, pois, primeiramente Portugal e, após, Brasil, garantiram a posse da área conquistada naquele ano de 1801.

Noutro prisma, os moradores da Bacia do Prata do lado espanhol e os da Bacia portuguesa, tiveram espaço à formação de um exacerbado nacionalismo que acabou por incentivar a xenofobia que até hoje, se bem que esporadicamente, mostra seu lado perverso.